

# O conceito de cultura em Bauman

BAUMAN, Z. 2002. *La cultura como praxis*. Buenos Aires, Paidós.

Lara Espinosa<sup>1</sup>

Estudar o conceito de cultura pode ser uma tarefa tão árdua quanto prazerosa. Quem se inicia nesse universo com um mergulho profundo, seguramente pode começar pelo estudo de Zygmunt Bauman. Nesse livro, o autor desenvolve sua tese criticando o percurso histórico, social e filosófico do uso do conceito, de modo que o estudante encontra no texto um completo estado da arte, ao menos do ponto de vista das “bases fundadoras” das escolas ocidentais. Aconselho ao leitor saborear o livro aos poucos, com leituras paralelas. A oportunidade de visitar autores criticados por Bauman é uma das grandes colaborações desta reedição.

O argumento de Bauman foi construído há 30 anos atrás, mas ele é pertinente e atual. Na primeira edição, Bauman defendia que o termo cultura não pode ser empregado sem que seja avaliado como “conceito”, como “estrutura” e como “práxis”. Na nova edição, o autor adicionou uma introdução, onde explica o porquê da recuperação desse texto e o contextualiza na atualidade, sem abandonar, no entanto, a base inicial.

Embora, naquele período, o autor que cunhou o conceito de “modernidade líquida”<sup>2</sup> se mantivesse ainda sobre o terreno de cada um dos estágios que examina, é nos interstícios que se pode encontrar o Bauman de hoje. Sua ironia e irreverência iniciam ali, na solidez da reflexão construída em um alicerce que é tensionado, criticado e usado para fundamentar sua proposta assaz inovadora para a época.

Cada uma das três formulações é indissociável, e a clareza do seu argumento está em embrenhar-se na volatilidade desses níveis, desmascarando a “fragilidade humana” dos conceitos estabelecidos (p. 15). Com muito zelo e responsabilidade para com o patrimônio acadêmico, sem desconsiderar todos os movimentos que estruturaram, no âmbito científico, a construção do conceito de cultura, Bauman coloca-os não como pontos de apoio, mas como suspensões fixas, no nada.

Ninguém é esquecido ou poupado, nem mesmo ele, pois, ao defender a ambivalência do conceito de cultura, o autor desnuda sua própria ambivalência quando, ao mesmo tempo, repudia e acolhe a base do pensamento que lhe permite orquestrar a observação daquela que chama de “consciência da sociedade moderna” - a Cultura.

<sup>1</sup> Professora Doutora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

<sup>2</sup> Zygmunt Bauman. 2001. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

*Por encima de todo, ya no acepto que la ambivalencia que realmente cuenta fuese un efecto accidental, un descuido metodológico o un error; me refiero a esa ambivalencia que me empujó en primer lugar a diseccionar el complejo significado de la cultura, pero que salió ilesa de la operación, perpetuando-se en tanto que blanco elusivo. Por el contrario, creo que la ambivalencia inherente a la idea de cultura, ambivalencia que refleja fielmente la ambigüedad de la condición histórica que se suponía que debía captar y narrar, es exactamente lo que ha hecho de esa idea una herramienta de percepción y de pensamiento tan fructífera (p. 21).*

Para ele, a ambivalência é um fator que transforma a estrutura que instaura a ordem sociocultural em espaço de criatividade e liberdade, onde o objetivo é que se estabeleça uma realidade que não requer o exercício da liberdade, “es decir, la libertad se despliega y desarrolla al servicio de su propia anulación” (p. 22).

Frente à “persistente ambigüidade do conceito de cultura” e afirmando que a “consciência metodológica” não pode aceitar “a magia das palavras” através da qual o termo cultura é utilizado para “responder a problemas diversos, enraizados em interesse convergentes” (p. 95). Bauman examina a palavra cultura como “conceito”. Para Bauman, há numerosos interesses cognitivos institucionalizados em torno de um vocábulo único, cada um localizado em um campo semântico diferente, que pode ser solapado nessa relação, pois cada um é acompanhado por uma série específica de noções paradigmáticas e sintaticamente ligadas entre si, que extraem e manifestam seu significado através de um conjunto distinto de contextos cognitivos.

Uma das premissas do estudo é que a diferença de abordagens para o termo cultura é a parte mais rica do ponto de vista cognitivo. É frutífera e academicamente estimulante. Para Bauman, o enfoque unificador do termo conduz a uma facilidade predominantemente estética. Propõe então três questões que modelam distintos universos de discurso e que são igualmente legítimas e significativas. E diz que a questão crucial não é se as três noções podem ser reduzidas a um denominador comum, mas questiona se esta redução é desejável. São elas: a cultura como conceito hierárquico, a cultura como conceito diferencial e o conceito genérico de cultura.

No segundo capítulo, ao examinar a cultura como estrutura, Bauman admite que “a estrutura é uma rede de comunicação no seio de um conjunto de elementos ou ainda o conjunto de regras de transformação de um grupo de elementos inter-relacionados e de suas próprias relações” (p. 185). Para ele as transformações geradoras de acontecimentos se situam no nível fenomenológico da percepção ou empírico, acessível à experiência sensorial.

Já a estrutura não é acessível ao sensorio e tampouco é derivada do processamento de dados da experiência. “A relação da estrutura com os fenômenos empíricos é um reflexo da relação de modelos abstratos e vice-versa” (p. 186). Um ponto importante para o autor é que não existe uma relação “um a um” entre uma dada estrutura e um conjunto de acontecimentos empíricos. Uma estrutura pode gerar conjuntos de incidências muito diversos e vice-versa. “Qualquer conjunto de acontecimentos empíricos se pode considerar como um output de estruturas subjacentes” (p. 186).

Ao iluminar o *status* ontológico e epistemológico da estrutura, Bauman menciona dois debates que têm envolvido a natureza da cognição e do conhecimento: o primeiro é o conhecimento do “certo” e do “contingente”; o segundo é o debate entre a ontologia do objeto de cognição “transcendente” e do “imanente”. Para Platão a relação entre o certo e o contingente, através da retórica mística, era uma batalha entre “deuses e gigantes”. Os deuses são os que crêem nas coisas invisíveis - a verdadeira realidade - os gigantes colocam o real no corpo que podem tocar e manipular.

Em resumo, a aproximação estruturalista à cultura resulta em um conjunto de regras generativas, historicamente selecionadas pela história humana, que governam ao mesmo tem-

po a atividade mental e prática dos indivíduos, contemplados como seres epistêmicos e a gama de possibilidades nas quais essas atividades podem operar. Bauman apresenta limitações para a “aplicação direta dos achados da lingüística estrutural na cultura, que, em sentido amplo, se vê inevitavelmente limitada por importantes diferenças entre subsistemas lingüísticos e não lingüísticos da cultura humana” (p. 219).

Por último, no terceiro capítulo, o autor debate a cultura como *práxis*, que reflete uma longa discussão sobre a natureza da integração social. Para ele, a experiência humana é intuitiva, pré-teórica e só pode ser acessada intelectualmente quando recoberta por uma série de conceitos explicativos.

O conceito de cultura torna-se então “subjetividade objetivada”. Um esforço para entender o modo como as ações individuais podem ter validade coletiva e como as múltiplas interações entre indivíduos podem construir “uma realidade dura e implacável” (p. 259), de uma *sociedade alienada*, que distingue as esferas públicas e privadas da vida humana (p. 323). Bauman resiste às explicações alienadas. Para ele, através da cultura, o homem se encontra “em um estado de revolta constante, uma revolta que é uma ação” contra o estado paralisador voltado unicamente para o privado (p. 343).

Na recuperação feita na introdução, quando Bauman discute o conceito de identidade já com o aporte de Stuart Hall, reforça o conceito de movimento, inseparável das identidades. Afirma que as identidades reciclam a substância cultural e o que assegura sua continuidade é o seu movimento, sua capacidade de mudança. Finaliza a introdução retomando a pluralidade de horizontes de Gadamer: “Se o entendimento é um milagre, é um milagre cotidiano, um milagre feito por pessoas comuns e não por milagreiros profissionais” (p. 94).